

prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo preparatório, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém;

Belém (PA), 05 de abril de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 309130

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Nº 000601-110/2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO CALENDÁRIO DE 2012

Entidade: INSTITUTO VERDE AMAZONICO

DA CONCLUSÃO

....., o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo preparatório, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém;

Belém (PA), 03 de abril de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 308948

PORTARIA N.º 014/2018-MP/CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público – art. 17, caput da Lei nº 8.625 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993, e art. 30, caput da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 17, I da Lei nº 8.625/1993 e 37, II e 162 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correções, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeções ordinárias nas Promotorias de Justiça em cumprimento ao calendário de inspeções/correções previstas para o corrente ano e, ainda, visando o bom andamento das atribuições legais e institucionais desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Pará;

RESOLVE:

I – DELEGAR, nos termos do art. 4º do Provimento n.º 10/2012-MP/CGMP, de 21 de setembro de 2012, ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça Assessor da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, Dr. MARCELO BATISTA GONÇALVES, funções específicas para realizar inspeção ordinária nos cargos de Promotor de Justiça dos Municípios de Breves, Portel, Melgaço e Bagre, no período de 21 a 25 de maio de 2018;

II – DESIGNAR o servidor efetivo deste Órgão Ministerial e lotado nesta Corregedoria-Geral, Sr. MARCO ANTONIO DA SILVA CASTRO, para auxiliar nos trabalhos inerentes aos atos de inspeção.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, Belém-PA, 04 de maio de 2018.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará

Protocolo: 310233

EXTRATO DA PORTARIA Nº 21/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 001257-040/2018 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua

Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 21/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: PETROBRAS – PETRÓLEO BRASILEIRO S/A

Assunto: visando confirmar se persiste a informação sobre a inexistência de atividades na região e a pertinência de prosseguir com a apuração sobre irregularidades no que tange aos impactos socioambientais sobre comunidades quilombolas e tradicionais. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 310489

EXTRATO DA PORTARIA Nº 19/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 001255-040/2018 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 19/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: EMPRESA AGROPALMA

Assunto: visando realizar análises da documentação apresentada pela Empresa a fim de verificar indícios de irregularidades na atividade de produção de dendê aos impactos socioambientais sobre comunidades quilombolas e tradicionais.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 310480

EXTRATO DA PORTARIA Nº 23/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 001261-040/2018 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 23/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: NOVACON REFLORESTADORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS

Assunto: visando realizar análises da documentação apresentada pela Empresa a fim de verificar indícios de irregularidades na atividade de produção de dendê no que tange aos impactos socioambientais sobre comunidades quilombolas e tradicionais.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 310472

PORTARIA Nº1749/2018-MP/PJG

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

CONCEDER aos membros abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
HERENA NEVES MAUES CORREA DE MELO	28/02/2018
MARLENE RAMOS PAMPOLHA	05 a 11/03/2018
NADILSON PORTILHO GOMES	28/02/2018
NADILSON PORTILHO GOMES	02 a 11/03/2018
POLYANA BRASIL MACHADO DE SOUZA	31/01/2018
ROSANGELA ESTUMANO GONCALVES HARTMANN	12 a 19/03/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 19 de março de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

área jurídico-institucional

PORTARIA Nº2007/2018-MP/PJG

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PJG, de 12 de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

CONCEDER aos membros abaixo discriminados licença por motivo de doença em pessoa da família, com fulcro no art. 132, inciso I, da Lei Complementar nº 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
MARIO SAMPAIO NETTO CHERMONT	19 a 28/03/2018
REGIANE BRITO COELHO OZANAN	14/03/2018
SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA	12 a 16/03/2018
SAMUEL FURTADO SOBRAL	15 a 17/03/2018
SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA	12 a 16/03/2018

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de março de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

área jurídico-institucional

EXTRATO

PORTARIA nº. 3039/2018-MP/PJG – MP/PJG – 02/05/2018

(SIP nº. 1386/2018)

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL

SIMP Nº 019504-003/2018

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio do Procurador de Justiça signatário, com poderes delegados pelo Procurador Geral de Justiça, através da Portaria nº 890/2018-MP/PJG no desempenho de suas atribuições legais, nos termos dos Artigos 127, caput, e 129, incisos I, II, VIII e IX da CF/88, 26 e 29, inciso IX, da Lei nº 8.625/93, c/c o artigo 56, IX da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, e Artigos 1º, 2º, inciso II, 3º e 4º da Resolução nº. 13/2006 do CNMP; determina a instauração de PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL tendo como objeto a apuração de possível prática de crimes contra a administração da Justiça no Estado do Pará.

Cumpra-se.

Belém/PA, 08 de maio de 2018.

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Procurador Geral de Justiça, com delegação de poderes

Portaria 890/2018-MP/PJG

Protocolo: 310411

EXTRATO DA PORTARIA Nº 20/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 001256-040/2018 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 20/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: EMPRESA PALMAPLAN

Assunto: visando verificar a pertinência de prosseguir com a apuração sobre irregularidades no que tange aos impactos socioambientais sobre comunidades quilombolas e tradicionais. ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 310451

EXTRATO DA PORTARIA Nº 27/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 001266-040/2018 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 27/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: AGROINDUSTRIAL PALMASA

Assunto: visando realizar análises da documentação apresentada pela empresa a fim de verificar indícios de irregularidades na atividade de produção de dendê no que tange aos impactos socioambientais sobre comunidades quilombolas e tradicionais.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 310455

EXTRATO DA PORTARIA Nº 35/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 002261-040/2018 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 35/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: Municípios da I Região Agrária não inseridos no Inquérito Civil nº 002/2015-8ª. PJ Agrária (SIMP nº 002302-040/2014), no Procedimento Administrativo nº 005204-040/2018 e no Procedimento Administrativo nº 005208-040/2017.

Assunto: visando acompanhar o cumprimento art. 14 da Lei 11947/2009 pelos Municípios da I Região Agrária não inseridos no Inquérito Civil nº 002/2015-8ª. PJ Agrária (SIMP nº 002302-040/2014), no Procedimento Administrativo nº 005204-040/2018 e no Procedimento Administrativo nº 005208-040/2017.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 310534